



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração:** nº 171541-3/01

Embargante: Cooperativa Guararapes

Embargado: Termo Técnica LTDA.

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL -- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -- APELAÇÃO CÍVEL -- OMISSÃO -- INOCORRÊNCIA -- REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA -- IMPOSSIBILIDADE -- FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO -- EMBARGOS REJEITADOS --

1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
2. Reexame da matéria decidida, com a mera intenção de propiciar efeitos infringentes ao julgado, é incompatível com a função integrativa do recurso.
3. Precedentes jurisprudenciais.
4. Embargos rejeitados.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos dos **Embargos de Declaração nº 171541-3/01**, em que figuram como Embargante a **Cooperativa Guararapes** e, como Embargada, a **Termo Técnica LTDA**, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em **REJEITAR** os Embargos, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**

Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração:** nº 171541-3/01

Embargante: Cooperativa Guararapes

Embargado: Termo Técnica LTDA.

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de Embargos de Declaração (fls.02/03) interpostos pela Cooperativa Guararapes, em face de Termo Técnica LTDA., contra acórdão (fl.189) que negou provimento ao recurso de apelação, por ela ajuizado, mantendo incólume a sentença de primeiro grau, nos autos da Ação de Rescisão Contratual c/c Danos Morais e Materiais.

Em suas razões recursais, a embargante alega: **a)** omissão no acórdão recorrido, pois este não se manifestou sobre as provas dos autos; **b)** que a decisão recorrida manteve, equivocadamente, a condenação da apelante, ora embargante, em honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, haja vista não ser este, conforme provado em primeira instância, o valor do contrato firmado entre as partes. Requer, assim, sejam eles arbitrados em atendimento às alíneas "a", "b" e "c", do §3º, do Código de Processo Civil.

Ao final, pugna pelo provimento dos presentes embargos, emprestando-lhes o efeito modificativo.

Em sede de contrarrazões, pugna a embargada pela manutenção do acórdão rechaçado em todos os seus termos.

É o Relatório.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**

Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

194  
45  
✓

**Embargos de Declaração:** nº 171541-3/01

Embargante: Cooperativa Guararapes

Embargado: Termo Técnica LTDA.

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

*Exsurge* dos presentes embargos duas questões, quais sejam, a omissão do acórdão recorrido por não apreciar as provas constantes dos autos, bem como o equívoco do mesmo ao manter integralmente a condenação da embargante em honorários advocatícios, arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, pugnando para sejam reduzidos, com base no §3º, do art. 20, do CPC.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão. Ou seja, será omissa o acórdão que deixar de manifestar-se sobre algum ponto questionado na peça recursal, o que não ocorre. O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão da matéria já devidamente apreciada, como se demonstrará adiante.

**a) Quanto à omissão do acórdão recorrido por não apreciar as provas constantes dos autos**

A embargante afirma ter havido omissão do relator, pois este não julgou baseado nas provas dos autos.

Compulsando o acórdão vergastado, vê-se que, baseando-se exatamente nas provas trazidas pela recorrente, o relator entendeu não haver os danos morais e materiais alegados.

Ademais, o julgador está obrigado a fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, mas não a rebater, uma a uma, as provas trazidas pela parte, nem a especificar os artigos ou dispositivos utilizados para adotar seu posicionamento quando do julgamento da demanda, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Não se podendo falar em omissão do acórdão embargado.

Nessa linha caminha o STJ, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS. REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

J

195

1. Busca o embargante, em essência, mediante reiteração de argumentos previamente expendidos em suas manifestações recursais anteriores, a rediscussão da causa.

2. **"Não está obrigado o magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso"** (EDcl no AgRg no Resp 603.318/PB, Primeira Turma, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 9/8/04).

3. Embargos rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 801.830/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 18/05/2009).

#### **b) Quanto à alegação de honorários advocatícios arbitrados em excesso**

No que tange à alegação de honorários excessivos, pretende a Cooperativa Guararapes rediscutir matéria já apreciada oportunamente, haja vista que não houve omissão no acórdão recorrido, mas tão-somente julgamento contrário aos interesses da recorrente.

Dessa forma, percebe-se que a embargante, sob o argumento de omissão, pleiteia a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos.

Ora, se a recorrente não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica do aresto adiante, da relatoria do Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão).

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado nos seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.1. A contradição que autoriza o

196  
46  
2

manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto terem sido apreciados com suficiência, clareza e harmonia os elementos do processo realmente relevantes para suporte do pronunciamento judicial questionado, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo. (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008) (grifos acrescidos)

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.

2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ)

Portanto, a pretensão de revisão do julgado, em manifesto propósito infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a irresignação da embargante.

Face ao exposto, **REJEITO** os embargos de declaração, para manter o acórdão embargado pelos seus próprios termos.

Publique-se e intimem-se.

Recife, 11/12/09

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
DESEMBARGADOR RELATOR